

Seja bem vindo e relaxe em resort idealmente situado no Oceano Índico e no centro da cidade de Maputo
Parque privado de 10 hectares, 2 piscinas com bilhar, serviço de segurança 24 horas, centro de negócios, salão de cabeleireiro, loja africana, prática de fisioterapia
Rua Dom Joao Castro, 321 Maputo - Moçambique * Tels: 00258 21 492706/7 21 492806 * Fax: 00258 21 492704 * E-mail: miramarkayakwanga@tdm.co.mz



DN

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Quinta-feira, 19 de Dezembro de 2024 - Edição nº5231

De Segunda à Sexta - Editor interino: Laurindos Macuácuca - cell:863695967
Propriedade: Media - Jornalistas Associados Limitada - GABINFO-Dispensa de Registo - DE-2003

Redacção e Administração: Rua Dom João Castro, 321 - Maputo - Moçambique
Telefone: 844719596 ou 875431598

E-mail: dndemoc@gmail.com

Assinaturas mensais: 700,00 MT (ordinária),
1.300,00 MT (institucional) e 1.750,00 MT (embaixadas e ONGs estrangeiras)



25 anos ao seu dispor - Tel: 21 492706/7
Rua Dom Joao Castro, 321 - Maputo
miramarkayakwanga@tdm.co.mz

PR LIGOU AO CANDIDATO PRESIDENCIAL ONTEM PELA PRIMEIRA VEZ

Venâncio Mondlane “convencido” que Nyusi quer manter-se no poder

(Maputo) O candidato presidencial Venâncio Mondlane revelou que o Presidente o contactou ontem pela primeira vez e diz-se “convencido” que Filipe Nyusi quer declarar estado de emergência e permanecer no poder.

Numa vídeo-conferência com deputados do grupo Renew (que inclui a Iniciativa Liberal), realizada no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, Mondlane disse que ontem o Presidente da República, Filipe Nyusi, o contactou, por telefone, “pela primeira vez desde o início das manifestações, há dois meses”,

mas escusou-se a adiantar detalhes sobre a conversa.

Em 26 de Novembro, o chefe de Estado convocou uma reunião com os quatro candidatos às eleições gerais, mas Mondlane não participou e foi decidido convocar um segundo encontro para que

⇒

SETE SÃO MOÇAMBICANOS, UM TANZANIANO E UM QUENIANO

PGR acrescenta nove nomes à lista de envolvidos em terrorismo

(Maputo) A Procuradoria-Geral da República (PGR) acrescentou os nomes de sete pessoas de nacionalidade moçambicana, um tanzaniano e um queniano, todos com relações em Cabo Delgado, norte do país, palco de actuação de grupos terroristas há mais de sete anos.

Segundo despacho da PGR

deste mês, passam a integrar esta lista Domingos Vasco, moçambicano, 21 anos, condenado a oito anos de prisão por ter participado em várias incursões terroristas em diferentes distritos de Cabo Delgado desde que foi recrutado, em 2019, para integrar aqueles grupos terroristas que operam na província.

Igualmente o tanzaniano Selema-ne Muamede Amisse, camponês de 59

anos, condenado a 12 anos de prisão pelo envolvimento, entre outros crimes, como associação criminosa, no transporte, com a sua embarcação, de um grupo de 13 terroristas e material bélico na mesma província.

A lista passa a integrar, igualmente, Faris Knight Ahemed, queniano com residência na África do Sul, comerciante

⇒

Publicidade

DN

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

**CARO EMPRESARIO E LEITOR
ANUNCIE SEUS SERVIÇOS E ASSINE O**

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

ele pudesse estar presente.

“Estou profundamente convencido de que o Presidente Nyusi quer permanecer no poder. Ele espera que eu incentive as pessoas a fazerem manifestações violentas para ter uma razão para declarar estado de emergência e assim poder permanecer no poder mais algumas semanas”, afirmou Mondlane, que rejeita os resultados das eleições gerais de 09 de Outubro anunciados pela Comissão Nacional de Eleições.

Este órgão atribuiu a vitória a Daniel Chapo, candidato suportado pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELI-MO), partido no poder, mas os resultados ainda têm de ser validados pelo Conselho Constitucional (CC).

Para contestar os resultados oficiais, Venâncio Mondlane tem convocado manifestações e paralisações em que, segundo a Plataforma Eleitoral Decide, que monitoriza os processos eleitorais em Moçambique, já morreram pelo menos 130 pessoas e 385 foram baleadas.

De acordo com o balanço daquela Organização Não-Governamental, com dados até 15 de Dezembro, há registo de 3.636 detidos, cinco pessoas desaparecidas e mais de 2.000 feridos.

O anúncio do CC sobre os resultados das presidenciais é esperado na segunda-feira (23.12) e Venâncio Mondlane admite que os protestos possam

tornar-se mais violentos, embora recuse fazer esse apelo.

“Até agora, a situação tem estado sob controlo, procuramos que os protestos decorram dentro do direito constitucional à manifestação”, considerou, acrescentando: “Não sei o que acontecerá depois do anúncio dos resultados finais, acredito que o povo vai assumir por si próprio o que quer fazer”.

O candidato admite não estar optimista e acusa o Conselho Constitucional de adoptar “actividades políticas para manipular a opinião pública”, denunciando “uma situação muito perigosa para o país”.

“Vai ser uma situação difícil de lidar porque as pessoas vão entender que é a última fase e estão neste momento muito atraídas para medidas mais agressivas e intensas”, antecipou.

Esta posição, ressaltou, “não é um convite para o caos”, recusando estar a condicionar o anúncio do Constitucional que, disse, “tem o futuro do país nas suas mãos”. “Não tenho ideia de quais serão os meus próximos passos. Fiz o meu papel, fiz o melhor até agora”, comentou.

Mondlane permanece fora de Moçambique, o que justificou com apelos de “milhares de moçambicanos”, que lhe disseram que era “mais útil ao país estando vivo”, recusando revelar a sua localização.

“Sou um cidadão do mundo”, ironizou, afirmando estar constantemente a “cruzar fronteiras” porque tem detectado “tentativas de violação” da sua vpn (rede de comunicações privada), o que permitiria localizá-lo.

O candidato escusou-se também a revelar quando regressará ao país, mas exprimiu o seu “profundo desejo de voltar a casa”, e disse que o seu plano depende do anúncio dos resultados pelo Conselho Constitucional.

“De uma forma ou de outra, eu quero fazer algo com um significado simbólico forte. Quero tomar posse no dia 15 de Janeiro”, reiterou.

Questionado sobre o papel da comunidade internacional na crise social e política que Moçambique vive, Mondlane lamentou que os moçambicanos estejam “entregues à sua sorte”.

Portugal tem feito “uns pronunciamentos formais, [no sentido] da paz, muito no plano do politicamente correcto”, considerou.

A União Europeia “está um pouco a hesitar”, disse, afirmando-se “muito zangado com a União Africana”. “Não estou satisfeito. Há pessoas a morrer, milhares na prisão, pessoas raptadas. É como se estivessem a ver televisão, é preciso fazer algo mais”, apelou.

(Redacção)

PGR acrescenta nove nomes à lista de envolvidos em terrorismo

e proprietário da Abu Surryya Outlet, suspeito -- processo ainda em instrução -- de financiar, através de carteiras móveis digitais, os grupos terroristas em Cabo Delgado.

Outro dos integrantes desta lista é Bacar Sualé Assumane, moçambicano, 36 anos, cujo processo-crime, segundo a PGR, ainda se encontra em instrução: “É amigo da infância e mantém relações de amizade com Bonomade Machude e Farido Selemane Arrune, actual líder dos terroristas que actuam na província de Cabo Delgado uma vez que todos são naturais de Mocímboa da Praia”.

“Fazendo-se passar de colaborador do Serviço de Informação e Segurança do Estado - SISE, fornecia informação privilegiada aos terroristas, que facilitam os ataques a posições militares das Forças de Defesa e Segurança”, descreve ainda a PGR, sobre Bacar Assumane, que se encontra em prisão preventiva.

Todos os novos integrantes na lista nacional de pessoas singulares e colectivas de Moçambique estão condenados ou visados por crimes de associação criminosa, financiamento ao terrorismo e adesão a organização terrorista, estando apenas um em liberdade e o restantes a cumprir pena

em regime de exclusão ou em prisão preventiva a aguardar o desfecho do processo.

Desde outubro de 2017, a província de Cabo Delgado, rica em gás, enfrenta uma rebelião armada com ataques reclamados por movimentos associados ao grupo extremista Estado Islâmico.

O último grande ataque deu-se em 10 e 11 de Maio, à sede distrital de Macomia, com cerca de uma centena de rebeldes a saquearem a vila, provocando vários mortos e fortes combates com as Forças de Defesa e Segurança de Moçambique e militares ruandeses, que apoiam Moçambique no combate aos rebeldes. (Redacção)

PASSAGEM DO CICLONE CHIDO EM CABO DELGADO, NAMPULA E NIASSA

Subiu para 70 número de mortos e 600 feridos

(Maputo) Pelo menos 70 pessoas morreram e outras 600 ficaram feridas

em Cabo Delgado, Nampula e Niassa, na passagem do ciclone tropical Chido,

de acordo com dados actualizados on-

⇒

tem pelas autoridades moçambicanas.

“Confirma-se a subida de dados que anunciamos ontem [terça-feira], os trabalhos decorrem no terreno e estamos a falar de mais de 70 óbitos, quase 600 feridos e muitas casas que foram destruídas”, disse Bonifácio António, técnico do Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD), em declarações à comunicação social.

Os dados preliminares divulgados por Bonifácio António indicam que o Centro Nacional Operativo de Emergência (CNOE) registou pelo menos 50 mortos só no distrito de Mecufi, na província de Cabo Delgado, no norte do país.

“Muitas unidades sanitárias foram destruídas, infra-estruturas de serviços

públicos, incluindo escolas. O número de mortos pode vir a subir nas próximas horas porque à medida que as equipas fazem buscas vai se tendo novos registos”, apontou Bonifácio António.

Segundo o relatório preliminar das autoridades moçambicanas, com dados de até as 18:00 de terça-feira, um total de 35.689 famílias foram afectadas, o correspondente a 181.554 pessoas.

A passagem do ciclone Chido causou ainda a destruição total ou parcial de 36.207 casas, afectando também 48 unidades hospitalares, 13 casas de culto, 186 postes de energia, nove sistemas de água e 171 embarcações.

O INGD indica ainda que 149 escolas, 15.429 alunos e 224 professores foram afectados pelo mau tempo.

De acordo com um relatório

INGD, o ciclone tropical, que se formou em 05 de Dezembro no sudoeste do oceano Índico, entrou no domingo pelo distrito de Mecúfi, na província de Cabo Delgado, no norte do país, “com ventos que rondaram os 260 quilómetros por hora” e chuvas fortes.

O ciclone tropical intenso Chido, de escala 3 (1 a 5), atingiu a zona costeira do norte de Moçambique na noite de sábado para domingo, segundo o Centro Nacional Operativo de Emergência (CNOE), mas enfraqueceu para tempestade tropical severa, apesar de ter continuado a fustigar as províncias a norte, com “chuvas muito fortes acima de 250 mm [milímetros]/24 horas, acompanhada de trovoadas e ventos com rajadas muito fortes”.

(Redacção)

EFEITOS DO CICLONE CHIDO EM MOÇAMBIQUE

Subiu para 45 número de mortos

(Maputo) O ciclone afectou 181 mil pessoas nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula, norte de Moçambique, segundo um novo balanço do Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD) divulgado ontem.

O maior número de óbitos ocorreu em Cabo Delgado, província de entrada do ciclone no domingo, com 38 mortes, seguida de Nampula, com quatro, e Niassa, com três.

Segundo o relatório preliminar das autoridades moçambicanas, com dados de até as 18:00 de terça-feira, pelo menos 493 pessoas ficaram feridas, uma está desaparecida e um total

de 35.689 famílias foram afectadas, o correspondente a 181.554 pessoas.

A passagem do ciclone Chido causou ainda a destruição total e parcial de 36.207 casas, afectando também 48 unidades hospitalares, 13 casas de culto, 186 postes de energia, nove sistemas de água e 171 embarcações.

O INGD indica ainda que 149 escolas, 15.429 alunos e 224 professores foram afectados pelo mau tempo.

O ciclone tropical, que se formou em 05 de Dezembro no sudoeste do oceano Índico, entrou no domingo pelo distrito de Mecúfi, na província de Cabo Delgado, com ventos que rondaram os 260 quilómetros por hora

e chuvas fortes.

O Governo anunciou que enviou equipas multisectoriais para as províncias de Cabo Delgado e Nampula, para dar assistência às populações afectadas pelo ciclone, que saiu do território moçambicano na terça-feira.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) reconheceu que o ciclone Chido agravou as necessidades de populações no norte de Moçambique deslocadas pelo terrorismo, com 190 mil pessoas a precisarem de “apoio urgente”.

(Redacção)

PARA CONTER PROTESTOS

Provedor de Justiça critica uso “excessivo” da força policial

(Maputo) O provedor de Justiça, Isaque Chande, criticou ontem o uso “excessivo” da força pela Polícia para conter protestos pós-eleitorais, pedindo aos manifestantes observância da lei na realização de manifestações.

“Condeno essa força excessiva, mas vocês também compreenderão que a Polícia, em algumas dessas situações,

tem que intervir com a sua força, ainda que de modo proporcional”, declarou à comunicação social, em Maputo, o provedor de justiça, Isaque Chande.

Em causa estão as manifestações e paralisações que têm sido convocadas pelo candidato presidencial Venâncio Mondlane, que rejeita os resultados das eleições gerais de 09 de Outubro

anunciados pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), órgão que atribuiu a vitória ao Daniel Chapo, candidato suportado pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), partido no poder, que ainda têm de ser validados pelo Conselho Constitucional até 23 de Dezembro.

Em conferência de imprensa conjunta com a Comissão dos Direitos Humanos e a Comissão de Ética Pública, face às manifestações e paralisações pós-eleitorais, Chande criticou a participação de crianças nas marchas, defendendo reflexão face ao modo de realizar protestos.

“É nossa obrigação apelar para que a lei seja respeitada quer pelos manifestantes quer pela Polícia, lamentamos esse uso excessivo da força, mas a Polícia tem que intervir nos casos em que seja justificado”, defendeu, apontando para a destruição de infra-estruturas públicas e privadas.

“Nos casos justificados a Polícia tem que intervir, mas de forma proporcional para preservar o património e a integridade física dos manifestantes. Não às mortes que podiam ser evitadas”,

insistiu o provedor de Justiça.

Na mesma conferência de imprensa, Chande pediu aos manifestantes uma “melhor interpretação da lei” das manifestações, apontando que protestos são um direito legal, mas que devem respeitar outros direitos fundamentais dos cidadãos.

“Ninguém tem que ser coagido a tomar parte de uma reunião, a adesão deve ser livre, espontânea e voluntária. Quando coloca na via pública troncos e outros objectos para impedir a livre circulação de pessoas, você está a atentar contra a ordem e segurança públicas, porque o seu direito à manifestação não lhe dá o direito de impedir que os outros possam prosseguir com as suas actividades”, apontou.

“Devemos nos organizar para exercer o nosso direito de forma mais

adequada (...) Os próprios manifestantes não observaram a lei, porque quem quer participar numa manifestação tem que saber como o fazer. Ela é pacífica e livre”, concluiu.

Pelo menos 130 pessoas morreram nas manifestações pós-eleitorais em Moçambique desde 21 de Outubro, segundo balanço avançado, nesta semana, pela Plataforma Eleitoral Decide, que monitoriza os processos eleitorais em Moçambique, que aponta ainda 385 pessoas baleadas.

O candidato presidencial Venâncio Mondlane disse, na segunda-feira, que a proclamação dos resultados das eleições gerais pelo CC, previsivelmente em 23 de Dezembro, vai determinar se Moçambique “avança para a paz ou para o caos”.

(Redacção)

PARA MITIGAR IMPACTO DE MANIFESTAÇÕES

Moçambique e África do Sul reforçam segurança

(Maputo) Os Governos da África do Sul e de Moçambique anunciaram ontem o reforço de medidas de segurança para mitigar o impacto das manifestações de contestação eleitoral em Moçambique, considerando que existe “risco de insegurança alimentar e energética”.

Em conferência de imprensa conjunta no final de um encontro de alto nível de quase três horas, em Malelane, na província sul-africana de Mpumalanga, os dois países acordaram medidas para “mitigar conjuntamente a perturbação” nos postos de entrada, “particularmente Lebombo e Ressano Garcia”, afirmou o ministro das Relações Internacionais e Cooperação da África do Sul, Ronald Lamola.

“Os ministros concordaram que ambos os países se esforçarão por proteger e garantir a infra-estrutura para a facilitação do comércio e a colaboração contínua para garantir o mínimo de perturbação para a integração regional, incluindo as cadeias de valor transfronteiriças associadas”, adiantou o governante sul-africano.

Por seu lado, o ministro do Interior

Pascoal Ronda, que chefiou a delegação moçambicana, disse que “a reunião salientou que estas perturbações tiveram um impacto negativo significativo nas economias de ambos os países e na livre circulação de pessoas e mercadorias entre os dois países”.

“Muitas empresas sofreram perdas em resultado da interrupção do comércio, se a situação persistir existe um grande risco de insegurança alimentar e energética”, vincou o governante.

Questionado pelos jornalistas, Pascoal Ronda referiu também que a actual situação política pós-eleitoral que o Governo da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo, no poder desde 1975), enfrenta foi igualmente “apreciada” no encontro de alto nível com Pretória.

“Foi aqui apreciada porque não havia outra maneira se não tocar no que está a acontecer em Moçambique, que também afecta economicamente a África do Sul, portanto, nós fizemos aqui uma apreciação geral do que está a acontecer, que decorre das eleições decorridas, e essencialmente depois dos 10% da contagem efectuada pela CNE”,

salientou aos jornalistas na conferência de imprensa transmitida nas redes sociais pelo Governo sul-africano.

“Nós falámos disso, explicámos, clarificámos, e neste momento aguardamos que o Conselho Constitucional faça o seu juízo final com base nos dados disponíveis para que comunique a todos os moçambicanos, à região e ao mundo, qual é o lugar histórico-político de cada um dos candidatos e de cada um dos partidos políticos, nos próximos dias estamos atentos para ouvir este resultado”, afirmou o ministro do Interior.

No encontro, participaram além do chefe da diplomacia sul-africana, os responsáveis dos Ministérios da Defesa, do Interior e do Comércio e Indústria, bem como dos Transportes, assim como da Autoridade Tributária (SARS, na sigla em inglês) e da Autoridade de Gestão de Fronteiras (BMA, na sigla em inglês) da África do Sul.

A delegação do Governo de Moçambique foi liderada pelo ministro do Interior, Pascoal Ronda, e integrou o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Manuel Gonçalves, o ministro dos Transportes e Comuni-

cações, Mateus Magala, assim como o primeiro vice-comissário da Polícia, António Bachir, o director geral do Serviço Nacional de Migração (SENAMI), Mariano João Arlindo, e a directora de Comércio Externo do Ministério da Indústria, Claire Mateus Zimba.

Pelo menos 130 pessoas mor-

reram e 385 outras foram baleadas nas manifestações pós-eleitorais em Moçambique desde 21 de Outubro, segundo a Plataforma Eleitoral Decide, que monitoriza os processos eleitorais em Moçambique.

O candidato presidencial Venâncio Mondlane tem convocado protestos

em contestação dos resultados das eleições de 09 de Outubro anunciados a 24 desse mês pela Comissão Nacional Eleitoral e que deram a vitória à Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) nas legislativas e ao seu candidato, Daniel Chapo, nas presidenciais.

(Redacção)

REPARAÇÃO POR BLOQUEIO DA INTERNET

Sociedade civil avança com queixa

(Maputo) Três organizações da sociedade civil moçambicana submeteram ontem uma queixa pedindo a responsabilização, incluindo a reparação dos danos causados, das operadoras de telecomunicações pelo recente bloqueio do acesso à Internet, no âmbito das manifestações pós-eleitorais.

“Com a acção principal, as organizações da sociedade civil pretendem garantir a responsabilização efectiva das entidades envolvidas, exigir reparação pelos danos causados e assegurar a não-repetição de práticas que atentam contra os direitos humanos e os princípios democráticos”, lê-se num artigo do Centro para a Democracia e Direitos Humanos (CDD) divulgado ontem, em que é anunciado o processo judicial.

Trata-se de uma acção conjunta envolvendo o CDD, o Centro de Integridade Pública (CIP) e o Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), que já em Novembro submeteram uma providência cautelar contra as operadoras Movitel, Voda-

com e a estatal Moçambique Telecom (Tmcel), pouco depois de registadas limitações no acesso à Internet, com decisão favorável do tribunal no início de Dezembro.

Segundo o CDD, o processo será acompanhado por outras acções que “irão garantir a responsabilização dos operadores diante do Instituto Nacional de Comunicações de Moçambique”, entidade reguladora das telecomunicações no país.

Em Novembro, o ministro dos Transportes e Comunicações admitiu que as restrições à Internet, sobretudo nas redes sociais, resultam da própria acção dos operadores, para que a rede não fosse utilizada para “destruir” o país, no contexto das manifestações pós-eleitorais.

“Certamente eles próprios tomaram medidas para prevenir que a Internet seja um bem colectivo, não um mal usado para destruir o nosso país”, disse o ministro Mateus Magala.

Pelo menos 130 pessoas morreram

nas manifestações pós-eleitorais em Moçambique desde 21 de Outubro, segundo balanço avançado, nesta semana, pela Plataforma Eleitoral Decide, que monitoriza os processos eleitorais em Moçambique, que aponta ainda 385 pessoas baleadas.

O candidato presidencial Venâncio Mondlane disse, na segunda-feira, que a proclamação dos resultados das eleições gerais pelo CC, previsivelmente em 23 de Dezembro, vai determinar se Moçambique “avança para a paz ou para o caos”.

Os resultados das eleições de 09 de Outubro anunciados pela Comissão Nacional de Eleições (CNE) deram a vitória, com 70,67% dos votos, a Daniel Chapo, apoiado pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), no poder, mas precisam ainda de ser validados pelo Conselho Constitucional, última instância de recurso em contenciosos eleitorais, até 23 de Dezembro.

(Redacção)



www.rotundaplanthire.co.za